

24 JUN 1987

ANC p 2

Cabral termina hoje seu relatório e compatibiliza todos os anteprojetos

Foto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pretende terminar hoje o seu relatório que compatibiliza os anteprojetos aprovados nas oito comissões da Assembleia Nacional Constituinte. Ontem, Cabral realizou três reuniões e pretendia, até a noite, terminar o trabalho de compatibilização de sete comissões.

A primeira reunião começou às 10h30 e dela participaram os quatro relatores-adjuntos, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, o Presidente da Sistematização, Senador Afonso Arinos, o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas e o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, entre outros. Em duas horas de reunião, discutiu-se as incompatibilidades verificadas da Comissão da Ordem Econômica, especialmente a reforma agrária.

Os pontos polêmicos relativos à Educação também começaram a ser tratados. À tarde, em nova reunião, a discussão destes temas continuou. O Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, foi ao Prodasen para falar sobre o pluralismo sindical. O Ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, também esteve na reunião e participou das conversas sobre reserva de mercado. A Deputada Cristina Tavares e o relator da Comissão da Família, Deputado Artur da Távola, deixaram a reunião, no começo da noite, satisfeitos. Artur conseguiu ver o seu relatório, derrubado na Comissão, aproveitado com algumas modificações. Cristina ficou satisfeita com a inclusão da reserva de mercado no relatório.

O Deputado Bernardo Cabral disse que os temas mais polêmicos tratados ontem foram a reforma agrária e a definição da empresa nacional. Segundo ele, a compatibilização estava sendo feita no sentido de manter os avanços conquistados nas comissões temáticas. Ele justificou a opção pelo texto do relatório do Senador Paulo Bisol, da Comissão de Soberania, por ser ele "mais avançado". Quanto à nova definição de empresa nacional, disse que ela foi feita, sobretudo, para garantir os interesses nacionais.

Cabral já havia terminado ontem a justificativa sobre a fórmula utilizada para fazer a sistematização dos relatórios. Ele pretende terminar hoje o relatório para, até sexta-feira, entregá-lo ao Presidente da Constituinte.



Cabral, ao lado de Ulysses e Afonso Arinos, realiza mais uma reunião

Critério do relator é manter avanço conseguido nas comissões temáticas

BRASÍLIA — A manutenção dos avanços obtidos nas comissões temáticas, na tentativa de um texto com tendências "progressistas", foi o critério utilizado pelo relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na elaboração de seu relatório.

A explicação foi dada pelo próprio Cabral, que promoveu ontem várias reuniões com os relatores-adjuntos e outras lideranças, para compatibilizar os pontos polêmicos e conflitantes dos relatórios das comissões.

O relator da Sistematização conseguiu, através de uma fusão, chegar a uma nova definição de empresa nacional. Optou, também, por manter basicamente o texto do relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), na questão da reforma agrária.

A criação da reserva de mercado, da censura apenas classificatória, a criação do Conselho de Comunicação e adoção do neoparlamentarismo foram outras decisões tomadas em duas reuniões realizadas pela manhã e à tarde.

À noite, numa terceira reunião, seria discutido o Sistema Tributário e o Problema da Previdência Social.

A empresa nacional ficou com a seguinte definição: "Empresa nacional é a pessoa jurídica constituída com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicio-

nal, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou por entidades de direito público interno".

Com relação à reforma agrária, manteve-se praticamente o texto do relator da Comissão de Soberania, Senador José Bisol.

Ao contrário do texto aprovado na Comissão da Ordem Econômica, ele não especifica em que propriedades a reforma agrária poderá ser realizada.

O texto da Ordem social diz que ela ocorrerá apenas em terras improdutivas. Segundo a redação aprovada, a reforma se dará por necessidade e utilidade pública, mediante indenização.

O texto da reserva de mercado foi mantido, mas com novo nome: vai chamar-se "proteção do mercado interno".

A concessão de canais de rádio e Tv: cria-se o Conselho de Comunicação. A concessão será feita pelo Executivo, com aprovação do Congresso Nacional, ouvido o Conselho de Comunicação.

Quanto à censura, fixa-se apenas a censura classificatória para os espetáculos de diversão pública.

Parlamentarismo: manteve-se basicamente o texto do relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para que seja adotado um parlamentarismo misto no Brasil.